

Resposta ao inquérito da Associação República e Laicidade

1. Os valores republicanos, laicos e humanistas são estruturantes da vossa acção política? Que questões consideram prioritárias para, na próxima legislatura, aprofundar a liberdade individual e a igualdade dos cidadãos, tomando como referência a cidadania republicana num Estado desejavelmente mais laico, e uma sociedade futura sem distinções entre cidadãos por critérios de religião, etnia ou «raça»?

R: Os valores ditos republicanos laicos e humanistas, não só não são estruturantes da nossa acção política, como são antagónicos a esta, uma vez que contrariam o modelo nacionalista e advogam o modelo mundialista e multicultural.

Para a próxima legislatura, e sempre, consideramos fundamental a recuperação da nossa matriz civilizacional, do orgulho no nosso património histórico-cultural e da nossa identidade.

2. São favoráveis à revogação da Concordata e à revisão da Lei da Liberdade Religiosa de forma a que esta seja aplicável à igreja católica, progredindo portanto para a igualdade de tratamento das várias comunidades de convicção?

R: Não! De forma alguma. A cristandade e, concretamente, a Igreja Católica fazem parte da nossa História e matriz civilizacional, pelo que, não só não deve ser equiparada a credos que nos são estranhos, como tem de ser valorizada como parte da nossa identidade e ADN.

3. Concordam com o fim da educação religiosa na escola pública, que neste momento permite inclusivamente que os professores da maior confissão religiosa ascendam a posições executivas nos agrupamentos escolares, e que segrega alunos num espaço - o da escola pública - que deveria ser inclusivo?

R: Não. Discordamos desses permanentes ataques à nossa identidade.

4. Concordam com o fim da realização de cerimónias religiosas em instituições estatais (escolas e universidades, entre outras)?

R: Não. Discordamos em absoluto!

5. São favoráveis à revogação das amplas isenções fiscais de que gozam as comunidades religiosas, nomeadamente em sede de IVA e de impostos patrimoniais?

R: Não. Não somos favoráveis e mais lembramos que o estado poupa rios de dinheiro, fruto das múltiplas obras de caridade e apoio social da Igreja. No dia em que a obra social da Igreja acabasse, grande parte da população era lançada à fome e à miséria.

6. Concordam com a concretização da legalização da morte assistida na próxima legislatura?

R: Não. Discordamos! Tal como discordamos de todas as políticas de cultura de morte que têm vindo a ser implementadas nas últimas décadas sempre sob a capa da compreensão e tolerância, mas não passam de destruição social e regresso à barbárie.

7. A liberdade de expressão é um pilar das sociedades abertas e democráticas, contestado de formas diversas por fundamentalismos religiosos e políticos. Defendem a revogação dos artigos do Código Penal português que podem ser usados para criminalizar a blasfémia (nomeadamente o nº1 do artigo 251 e o nº2 do artigo 252)?

R: Liberdade de expressão?! Essa só funciona num sentido...